



SOBRE O ASSUMIR DO *REAL* EM “O DISCURSO: ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO”, DE M. PÊCHEUX, E IMPLICAÇÕES DISSO PARA UMA DISCIPLINA DE INTERPRETAÇÃO

ABOUT THE ADMIT OF THE REAL IN "THE SPEECH: STRUCTURE OR EVENT", OF M. PÊCHEUX, AND IMPLICATIONS FOR INTERPRETATION DISCIPLINE

Hélder Sousa Santos¹

Resumo: O fato de termos de assumir que *há real na língua* constitui o ponto nodal de discussões que o presente estudo se propõe a enredar. Sendo assim, trata-se de um recorte o que aqui arrolamos acerca desse assunto. No entanto, julgamos ser uma discussão profícua a nossa, dado que permite aqueles que, como nós, inscrevem-se seus estudos em uma perspectiva discursiva (na AD de linha francesa) a assumirem, semelhante a M. Pêcheux (2008), consequências do real da língua naquilo que produzem teoricamente: a ética do real, os limites do saber.

Palavras-chave: Ética, Língua, Real.

Abstract: The fact of having to assume that there is a real language is the key point of discussion that this paper proposes. Thus, it is a cutting that we are showing here on this text. However, we believe to be a fruitful our discussion, so that it allows those who, like us, have their studies in a discursive perspective (in French AD) to take as M. Pêcheux (2008) some consequences that a theoretical production involves: the ethics of the real, the limits of the knowledge.

Keywords: Ethics. Language. Real.

“(…) o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: helder_sousa@terra.com.br



Descrever e interpretar constituem duas tarefas importantes a serem referendadas em práticas de Análise de discurso (AD) atuais. Dizê-las aqui constitui parte do que o presente texto se propõe a expor ao nosso leitor. Para conseguirmos aduzir isso, elegemos o texto *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de M. Pêcheux (2008), em especial sua terceira parte (III *Ler, Descrever, Interpretar*), a qual trata de posicionamentos assumidos pelo autor que precisam ser observados atentamente por aqueles que, como nós, se põem enquanto analistas de discursos.

Porém, antes de nos colocar exatamente a discutir o problema da descrição e da interpretação em AD, julgamos necessário recordarmos, em linhas gerais, explicações que a obra pecheutiana em tela enreda. Tais explicações somam-se a circunstâncias que Pêcheux, aos poucos, foi (re)construindo nas outras duas partes de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, nas partes I *Introdução* e II *Ciência, Estrutura e Escolástica*.

Dessa forma, lembramos que o texto de Pêcheux elege três caminhos para abordar a noção de discurso como estrutura e como acontecimento. São eles: 1) um primeiro caminho que privilegia o acontecimento, concebendo-o como o encontro de uma atualidade e de uma memória, e o estatuto de discursividades que aí trabalham; 2) outro caminho que, a partir de uma questão filosófica, centra-se numa abordagem de ciência da estrutura e 3) um terceiro caminho que se põe a investigar o problema da relação entre análise como descrição e análise como interpretação (PÊCHEUX, 2008, cf., p. 16-17).

Acerca desses três caminhos, que correspondem, nessa ordem, o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da AD, importa ressaltar que Pêcheux não lida com nenhum isoladamente, muito menos sucessivamente. Foi, ao contrário, no entrecruzamento deles que esse estudioso trabalhou fatos na análise que desenvolveu do enunciado “On a gagné”² (Ganhamos) — fatos, pois, que servem para, ao final de seu texto (III parte), nos dizer daquilo que não pode ser ignorado por um analista de discurso, mas admitido: o real da língua, ou seja, aquilo que é “(...) constitutivamente estranho à univocidade lógica (...) um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2008, p. 43).

²No que tange a esse enunciado, destacamos que o mesmo, o qual é assumido em PÊCHEUX (2008) como sendo um acontecimento, precisa ser, *a priori*, notado enquanto uma memória evocada do contexto esporte e atualizada em um contexto outro, no caso, no momento da vitória de eleições presidenciais na França, em 1981. Trata-se, pois, de um enunciado remetendo outros espaços discursivos.



Como é parte de nossa discussão examinar considerações acerca da noção pecheutiana de real assumida em trabalhos de AD e implicações que daí sempre precisam ser lembradas por um analista de discurso, é oportuno destacarmos que, no enunciado “On a gagné”, segundo a análise que o próprio Pêcheux (2008) dele empreende, a informação semântica que sua materialidade léxico-sintática reconstrói não nos diz bem de uma ação passada “perfeita”, “transparente”, da forma que aparenta significar-se. Na verdade, semelhante a lucubrações pecheutianas tais como “Ganhamos o quê? Como? Por quê?”, deve-se assumir aí uma materialidade discursiva opacificada, uma estrutura não-fechada que, semanticamente, em nada é normal, clara. Dito de outra forma, “On a gagné” é prova cabal de que não há um fato unívoco que indicie com exatidão aquilo que se ganhou. Ora, no caso de i-reais circunstâncias a que esse enunciado expõe a seu leitor (as eleições presidenciais na França de F. Mitterand, em 10 de maio de 1981), é preciso ater-se a seu estatuto, uma vez, que o suposto poder de um presidente não é bem um objeto de posse em “suas mãos”. Pelo contrário, esse é da ordem do relacional, nada, pois, suturado em um acontecimento que enseje uma “única verdade”: Mitterand (e seus eleitores) ganhou/ganharam “o poder’ da França”.

No que concerne ao fato de haver então o real na/da língua, o qual Pêcheux (ibidem) o indaga para trabalhar a noção de discurso, esse autor ainda nos diz que se trata de algo “próprio às disciplinas de interpretação”. Por ser assim constitutivo a essas disciplinas, tal real (que é inominável) “apresenta-se” enquanto elemento que abre a interpretação de enunciados. Veja-se de passagem aqui que “On a gagné” (com)porta o real. Este, que na verdade é um acontecimento discursivo, causa de discursividades que daí se formulou — exemplos: “F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”; “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidenciáveis”; “A coalização socialista-comunista se apodera da França” (PÊCHEUX, 2008, p. 20) —, serve-nos para percebermos que uma materialidade discursiva não se fecha a *um* sentido, justamente porque há real operando. Com efeito, é válido asseverarmos, como em MILNER³ (1987, p. 7), que “tudo não se diz, pois há o impossível próprio à língua”. Ou seja, toda língua é

³ Vale lembrar que, em Milner, o real não é considerado no quadro da história. Já em Pêcheux, sim, uma vez que suas formulações teóricas buscam dizer da história como um real de onde o impossível não pode ser excluído. (FLORES, 1999, cf., p. 127). Acerca da noção de história, assinalamos que se trata, aludindo-nos aqui a HENRY (2003), do que é próprio ao sentido, dado que diante de um fato discursivo este sempre reclama que lhe deem sentidos.



afetada por uma divisão (a dissensão correto vs. incorreto), que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito em sua própria ordem (MILNER, 1987, cf., p. 27).

Desse modo, não há porque disciplinas de interpretação manterem-se surdas a esse real fundante à estrutura da língua. Acerca desse fato, GADET & PÊCHEUX (2004, p. 19) relatam que, infelizmente:

“Essa surdez interna ganha terreno cada vez que a linguística deixa o *real da língua*, seu objeto próprio, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem que — pelo viés da designação, do contrato, do imperativo ou do performativo — terminam em história de maçãs⁴”.

Assumir uma postura teórica de interrogação aos problemas da língua, arriscando-se (por que não?) em trazer à tona questões da ordem do real da língua, lutando por não ceder a injunções de uma ciência unicamente é-feita de “certezas lógicas” — certezas essas que se regozijam em uma política de fechamento de uma verdade quase sempre apresentada enquanto TODA — constitui por assim dizer uma postura ética a ser assumida por analistas de discurso. Ora, não faz sentido algum um analista de discurso ignorar o que o real da língua produz com a/na própria língua. A questão que ao analista se impõe como tarefa a ser buscada não se limita a ter de encontrar e dizer o sentido para os fatos de linguagem, mas a de expor aos olhos de seu leitor a opacidade constitutiva de textos, enfrentando, pois, esse real da língua que produz efeitos em uma estrutura que nunca é TODA. O que também não quer dizer que nunca haverá em gesto assim de análise algum direcionamento de sentidos da parte do intérprete.

Foi exatamente isso que Pêcheux buscou com a análise de “On a gagné”. Esforçando-se por aí nos dizer de uma tensão entre sentidos da ordem de uma suposta transparência em uma materialidade discursiva que passou a significar-se diferentemente em outra rede de sentidos (no universo político) e sentidos da ordem de uma opacidade constitutiva, esse autor não se

⁴ Em nota explicativa acerca do que se trata essa alusão à *história de maçãs*, Gadet & Pêcheux (2004, p. 24) comentam que “esse fruto empírico-teleológico desempenha um papel importante nas reflexões linguísticas e lógico-linguísticas, seja nas demonstrações, seja nos exemplos”. Quanto a isso, os autores prosseguem sua argumentação dizendo-nos que “Algumas maçãs foram comidas uma vez ou outra em Chomsky e também nos lógicos como Reichenbach ou Quine”. Face a esse ato de comer maçãs, diríamos, então, que corresponde a uma ironia de Gadet & Pêcheux àquilo que poderia ser diferente quanto ao modo como uma língua é/já foi estudada por muitos teóricos: *impedindo-se que um suposto “defeito”, que, efetivamente, é parte de si mesma, seja interrogado*.



contentou em direcionar sentidos para tal enunciado. Pêcheux, ao contrário, assume que “On a gagné” é um enunciado opaco, é (e)feito do real da língua. Em consequência disso, cai por terra a ideia de o sentido preexistir à estrutura de uma materialidade linguística. Discursivamente, sentidos (abrimos espaço aqui para acrescentar que sujeitos também) estão em curso, impondo-nos que os formulemos no vaivém de (suas) causas que não se fecham em si.

Frente a essa questão da existência do real da/na língua para a perspectiva discursiva proposta por Pêcheux, perguntamos o seguinte: que implicações decorrem para aqueles que lidam com as ciências da interpretação o fato de assumirem que há real da língua (que há furo(s)) naquilo que descrevem teoricamente?

Para respondermos à pergunta anterior, começamos afirmando que interpretação e descrição são práticas de análise textual indissociáveis, ou seja, no ato de descrever fatos de linguagem já está imbuído o exercício de ter de interpretar esses “mesmos” fatos. Nesse sentido, é certo concordar que a interpretação de fatos em uma análise nunca será TODA, exatamente porque é construída a partir de (e com) um simbólico cuja natureza é inconsistente, comportando, pois, a falha, o equívoco. É por isso então que Pêcheux (2008) assume que a própria AD é uma disciplina de interpretação, na medida em que procura refletir sobre esse simbólico, efeito de sujeito, de sentido(s) e de história, que nunca é absoluto naquilo que representa. Assim, concordamos com Pêcheux (2008, p. 57) em também dizer que: “Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, (...), de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”.

Quanto a essa questão da interpretação, a qual é cara para a AD pecheutiana, é importante reconhecermos, pois, que o próprio saber teórico possui limites. Mesmo que seja evocado pelo pesquisador certos nomes próprios no discurso que procura construir e com o qual parcialmente se identifica, esses “(...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho (...)”. Será, então, sempre um NÃO-TODO isso que as inquietações de uma ciência mo(vi)menta até si. Aqui, é oportuno lembrar a crítica que Pêcheux direciona ao desejo do velho marxista certo de tudo querer fazer/dizer por ele mesmo. Isso, hoje, é impossível, já que o próprio discurso procura “casar-se, contrair relações extra-conjugais”; relações essas que, novamente, corroboram que sempre se está a falar de um lugar da falha, da incompletude de um sujeito e de um simbólico rareado. Acerca disso, insistimos em enunciar que é preciso se



responsabilizar pelo discurso do saber (o qual não deixa de ser precária sua identificação com o outro) que passa ser nosso.

Disso, por conseguinte, ante a um saber que é incompleto, resta ao intérprete o (seu) desejo em querer mostrá-lo, mesmo que o seja assim. Tudo isso se deve por haver o real da língua; real que impõe limites a serem assumidos metodologicamente por aqueles que trabalham no campo das ciências da interpretação, pondo-se, também, em um lugar de tensa relação que amiúde se funda com o conhecimento. Acerca do real da língua, declaramos aqui que o fato de Pêcheux tê-lo assumido — procurando se a ver com isso, levando às últimas consequências aquilo que a dita “ciência régia” precisava se desvencilhar: o fantasma do sistêmico/a estrutura fechada — implicou um outro modo de fazer ciência. Se conforme argumenta o autor, em seu texto *O discurso: estrutura ou acontecimento*, o discurso é estrutura (porque comporta a descrição) e acontecimento (porque é efeito de interpretações), não há porque um analista de discurso temer o impossível, o limite do pensamento teórico a ser aceito.

Portanto, nisso que implica ao analista de discurso: o reconhecimento do real na/da língua, bem como as limitações de uma ciência que o move em sabê-la, concordamos com PÊCHEUX (2008, p. 34-35) quando nos diz que:

“(...) há ‘coisas a saber’ (conhecimentos a gerir e a transmitir), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ — porque esse real é impiedoso”.

Há ainda, para encerrarmos nossas discussões em torno do assumir do real em AD e de suas consequências, uma nota que cabe a esse ponto de nosso texto destacar. Trata-se da impossibilidade de, discursivamente, um texto assumir uma política de fechamento do que enuncia. Ora, tudo isso que acima expusemos leva-nos a dizer aqui que, mesmo havendo a necessidade de o analista de discurso agarrar-se a espaços discursivos logicamente-estáveis os quais o fariam supor certa interdição à interpretação, ainda assim a leitura que ele reproduz de um dado dizer não elimina o equívoco constitutivo da própria língua. Como, então, uma descrição está exposta ao equívoco, e já que “não há metalinguagem” (mas uma meta-língua que vai sendo reformulada a cada vez uma leitura é produzida), conforme assevera Pêcheux (2008, cf., p. 53),



temos de concordar que há sempre aí uma abertura (re)velada do dizer. Face a essa nossa observação final, importa salientar que um texto só pode ser visto na condição de um produto logicamente-estável em uma perspectiva textual, já que nesta conjetura-se haver um TODO sendo vigiado de (suas) equívocas.

REFERÊNCIAS

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Linguística e Psicanálise: princípios de uma semântica enunciativa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas : Pontes, 2004.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITE, Nina. **Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.